

# Análise crítica da construção discursiva de um “voto” polêmico no processo do *impeachment* de Dilma Rousseff: uma perspectiva bourdesiana sobre a luta pelo poder político

Alexcina Oliveira Cirne\*

Karl Heinz Efken\*\*

## Resumo

O artigo analisa o discurso, reproduzido numa reportagem do **Jornal do Comércio**, no qual o deputado federal Eduardo da Fonte justifica o convite que fez ao seu filho de 15 anos para votar em seu lugar no processo de *impeachment* de Dilma Rousseff do cargo de Presidenta da República, em 2016. Busca-se compreender a complexidade dos conflitos mobilizados na prática discursiva do referido deputado e sua inserção num contexto mais amplo da política brasileira, desde o advento do *impeachment* de Dilma Rousseff. Com principal fundamentação nos trabalhos de Bourdieu (2007; 2003; 2004; 2008), este estudo entende-se como análise de práticas sociais, mobilizando os conceitos de agente autorizado, *habitus*, capital linguístico, campo e mercado linguístico. Utiliza-se o modelo metodológico proposto pela análise do conteúdo em Bardin (2015), Bauer, Gaskell (2007) e Silverman (2009). O *corpus* é composto por uma notícia vinculada ao tema da votação do *impeachment* de Dilma Rousseff no **Jornal do Comércio**. Os resultados indicam uma relação dialética entre os poderes simbólicos articulados no discurso do deputado e reproduzidos na reportagem e uma realidade sócio-histórica marcada por uma luta pelo capital simbólico disponível no mercado linguístico.

Palavras-chave: Discurso político. Mídia. Mercado linguístico. *Habitus*. Leitura crítica.

## Critical analysis of the discursive construction of a controversial “vote” in Dilma Rousseff’s impeachment process: a bourdieusian perspective on the struggle for political power

### Abstract

This article analyzes the discourse of a newspaper report from the *Jornal do Comércio* in which Congressman Eduardo da Fonte justifies inviting his 15-year-old son to vote in his place in the impeachment process against president Rousseff in 2016. We intend to examine the complexity of the conflicts caused by the actions of the above-mentioned politician and their impact in the broader contexts of Brazilian politics since the advent of the impeachment of Dilma Rousseff. Based chiefly on Bourdieu’s work (2007, 2003, 2004, 2008), this study presents an analysis of social practices, focusing on his concepts of authorized agent, *habitus*, linguistic capital, field and language market. We use the methodological model of content analysis proposed in Bardin (2015), Bauer, Gaskell (2007) and Silverman (2009). The *corpus* is composed of a *Jornal do Comércio* news item linked to the issue of Dilma Rousseff’s impeachment vote. The results indicate a dialectic relationship between the produced symbolic powers in the politician’s discourse as revealed in the newspaper report and a socio-historical reality marked by a fierce power struggle for the symbolic capital in the linguistic market.

Keywords: Political discourse. Media. Language market. *Habitus*. Critical reading.

Recebido: 26/02/2018

Aceito: 15/06/2018

---

\* Universidade Católica de Pernambuco. Doutoranda em Ciências da Linguagem pela Universidade Católica de Pernambuco.

\*\* Universidade Católica de Pernambuco. Doutor em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2003). Professor Adjunto IV da Universidade Católica de Pernambuco.

## Introdução

O objetivo deste trabalho é analisar criticamente o discurso do deputado Eduardo da Fonte, reproduzido numa reportagem publicada no **Jornal do Comércio (JC on-line)**, em 19 de abril de 2016, intitulada “Dudu da Fonte diz que colocar seu filho para ‘votar’ no plenário é natural”. O deputado tenta justificar o convite feito a seu filho de 15 anos para votar em seu lugar no Congresso Nacional, em sessão de *impeachment* de Dilma Rousseff, em 2016. Esse acontecimento nos lança, de forma decisiva, no atual cenário político brasileiro e nos convida a refletir sobre o rumo que o país tem seguido a partir do advento do *impeachment* da presidenta eleita Dilma Rousseff, em 2016. A mídia, que acompanhou, produziu e distribuiu os processos discursivos em torno do *impeachment*, nos fornece o material necessário para a análise, interpretação e compreensão desse tipo de discurso e seu modo de representar a realidade social por ele veiculada. (BOURDIEU, 2008; THOMPSON, 2011; MYLES, 2010).

Utilizamos Bourdieu (2003; 2004; 2007; 2008) como referencial teórico deste trabalho, pois entendemos que alguns dos conceitos-chave de sua teoria constituem ferramentas analíticas eficientes para o desenvolvimento da nossa proposta de trabalho. Os conceitos bourdesianos se inscrevem numa concepção aguda das lutas pelos bens simbólicos e fornecem um instrumental analítico capaz de contribuir para a compreensão das lutas por capitais, espaços e tempos simbólicos e pelo direito de decidir sobre a sua produção e distribuição na sociedade. Entendemos que esses conceitos possibilitam “ler o que não está escrito” (BRASIL, 1997, p. 41) e fortalecem a formação de um letramento midiático que viabilize “ao leitor transitar em vários domínios, [...] compreender o texto; ler para além do texto; [...]; saber dos múltiplos sentidos do texto; justificar e validar sua leitura no contexto de um evento discursivo.” (EFKEN; CUNHA, 2016, p. 52). Os conceitos de agente autorizado, *habitus*, capital linguístico, campo e mercado linguístico, articulados no campo das pesquisas sobre mídia e discurso político, habilitam-nos a compreender a complexidade dos conflitos e tensões mobilizados na prática discursiva do deputado Eduardo da Fonte. Interessa-nos, ainda, na utilização dessas categorias analíticas, mostrar a relação existente entre a prática discursiva e as práticas sociais, pois “saber ler os discursos e as formações discursivas das diversas esferas sociais é condição *sine qua non* para agir autonomamente em sociedade.” (BALTAR, 2013, p. 20).

Com vistas à formulação da problemática a ser investigada, optamos por apresentar a nossa pesquisa em três seções: 1<sup>a</sup>) dedica-se a expor os conceitos de porta-voz autorizado, *habitus* e mercado linguístico; 2<sup>a</sup>) destaca questões pontuadas por Bourdieu em relação à política e mídia, enfatizando, ainda, a importância de um letramento crítico; 3<sup>a</sup>) dedica-se à análise do *corpus*.

### 1 Porta-voz autorizado, *habitus* e mercado linguístico: uma rede teórica para a compreensão da ação da linguagem

Pierre Bourdieu (1930-2002), filósofo e sociólogo, apresenta a ideia de porta-voz autorizado e tece críticas à perspectiva de uma linguística pura pensada como um sistema fortemente marcado por regras fixas. Segundo ele (2008, p. 18), a linguística interna, a saussuriana, selou o destino da linguística moderna ao separar “a ‘linguística externa’ da ‘linguística interna’”, quando compreende esta última como suficiente para classificar o bom desempenho do falante. Bourdieu (2008) considera tal separação radical como uma falha e a compara ao cavalo de Troia, pois enfraquece a relevância da atuação do falante na estrutura social, desqualifica as condições institucionais que validam as palavras e que dão a elas seu real significado. De forma que, para ele, tal concepção põe o social entre parênteses, tratando a língua “como uma finalidade sem fim”. (BOURDIEU, 2008, p. 19). Bourdieu

(2008, p. 25), para fortalecer suas considerações a respeito da importância do social na decifração das palavras, reflete sobre a função delas no dicionário, argumentando que “[...] a palavra que serve para tudo encontrada no dicionário não tem nenhuma existência social: na prática, ela só existe imersa em situações, a ponto de o núcleo de sentido que se mantém relativamente invariável através da diversidade dos mercados poder passar despercebido.” Aqui, Bourdieu se coloca como um crítico da linguística formalista. (CHAPMAN; ROUTLEDGE, 2005).

Nesse sentido, Bourdieu (2006; 2007; 2008) desenvolve reflexões sobre a linguagem empregada pelo falante, referindo-se à existência de mercados linguísticos construídos pela valoração e reprodução de estruturas simbólicas que traduzem as possibilidades da linguagem em espaços sociais específicos. O mercado linguístico é constituído de campos — que são pluralidades de microcosmos sociais, dotados de identidade e regras de funcionamento —, os quais justificam e fortalecem sua manutenção, além de concorrerem entre si pela ampliação e reconhecimento de sua representação e força simbólica nesses campos. O funcionamento do campo comporta uma “autonomia relativa, com lógicas e possibilidades próprias, específicas, com interesses e disputas irredutíveis ao funcionamento de outros campos.” (CATANI, 2011, p. 192).

O conceito de campo, assim como é utilizado por Bourdieu, ao nosso entender, está intimamente ligado às descobertas realizadas pela virada pragmática, tendo como um dos seus principais idealizadores Wittgenstein (BOURDIEU, 2004; OLIVEIRA, 2007; GRENFELL, 2004), o qual, nas “Investigações filosóficas”, introduz o conceito de jogos de linguagem e o significado como sendo o uso de uma determinada palavra em um determinado contexto. A linguagem passa a ser entendida como um “jogo linguístico (*Sprachspiel*)”, um conjunto de regras, e “exprime não um mundo das coisas, mas nossa atividade sobre as coisas e com as coisas. O significado não é mais o objeto, mas o uso da palavra.” (ROVIGHI, 2001, p. 485-486, grifo da autora). Por esse ângulo, a linguagem deixa de ser vista como “sistema abstrato de precondições quase transcendentais para a representação, passando a encará-la como parte das práticas humanas, como parte de uma forma de vida.” (GLOCK, 1997, p. 30).

Pontuada essa questão, para ter legitimidade num mercado linguístico, que é variável a depender do campo, com suas convencionalidades e usos, não basta dominar as estruturas gramaticais ou possuir a competência presumida no sentido do gerativismo chomskiano, o que importa é que haja um agente autorizado no campo com os recursos simbólicos que produzam as credenciais de legitimação, que também são simbólicas. Bourdieu (2008, p. 42) afirma que “a competência suficiente para produzir frases suscetíveis de serem compreendidas pode ser inteiramente insuficiente para produzir frases suscetíveis de serem escutadas”. O agente autorizado utiliza a linguagem, ajustada a dado campo, de forma que as palavras terão êxito através desse agente “empossado”, ou seja, o “poder das palavras é apenas o poder delegado do porta-voz”. (BOURDIEU, 2008, p. 87). Tal afirmação revela a importância que Bourdieu dá às condições institucionais nas quais os discursos são ofertados e ao porta-voz autorizado no campo. Ele intitula de “ilusão do comunismo linguístico” o entendimento segundo o qual a competência social para falar é ofertada a todos. (BOURDIEU, 2003; 2006; 2008). Essa circulação linguística é operada, conforme o pensador, “entre o produto linguístico oferecido por um locutor socialmente caracterizado e os produtos simultaneamente propostos num espaço social determinado. [...] o produto linguístico só se realiza completamente como mensagem se for tratado como tal, isto é, decifrado”. (BOURDIEU, 2008, p. 24).

A linguagem é concebida como própria de uma construção social, portanto, não há palavras “mágicas”, estruturas sintáticas perfeitas, padrão modelar que seja um passaporte para quaisquer bem-sucedidas interações. Mantendo essa negação da existência de palavras mágicas, *per si*, o mercado linguístico corrobora ao expurgar uma competência não apreciada no campo, pois “uma competência não tem valor a não ser enquanto exista para ela um mercado.” (BOURDIEU, 2003, p. 131).

Para fortalecer a ideia do agente autorizado e de que as palavras só possuem um valor dentro de um mercado linguístico, apresentamos algumas considerações de Bourdieu (2003, p. 128) a respeito da concepção sofista de *kairós*. Ele assinala que os sofistas eram “professores do uso da palavra, sabiam que não bastava ensinar as pessoas a falar, mas que era necessário, além disso, ensiná-las a falar a propósito. [...] *Kairós*, na origem, é mira do alvo.” (BOURDIEU, 2003, p. 128). *Kairós* é um processo contínuo de ajustamento da produção de sentido na linguagem. (WHITE, 1987). Justamente nisso reside o ponto mais abrangente: “falar a propósito” pode evitar as sanções do campo e do mercado linguístico, pois “[...] cada campo especializado, o campo filosófico, o campo religioso, o campo literário, dentre outros, tem suas próprias leis e tende a censurar as falas que não estão em conformidade com essas leis.” (BOURDIEU, 2003, p. 138). Por isso, o agente autorizado, além de precisar ser percebido como capaz de proferir as palavras, precisa utilizar o discurso ajustado a dado campo e situação: o *Kairós*, “falar a propósito”. Dito de outro modo, não há uma vida além da utilização. Bourdieu faz uma alusão à questão do *skeptron* (cetro) dos textos de Homero.<sup>1</sup> Quem possuía o cetro estava legitimado a falar; sua fala seria ouvida e apreciada. Assim, “buscar na linguagem o princípio da lógica e da eficácia da linguagem institucional é esquecer que a autoridade de que se reveste a linguagem vem de fora” (BOURDIEU, 2008, p. 87), ou seja, das condições sociais de produção.

Segundo ele (BOURDIEU, 2003, p. 128), o *habitus* linguístico é “produto das condições sociais” e não é simplesmente a produção de discurso e, sim, “produção de um discurso ajustado a um mercado ou a um campo”. Para que isso ocorra, há uma transposição de esquemas que é fruto do *habitus*, que Bourdieu define como

[...] um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações — e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças à transferência analógica de esquemas, que permitem resolver os problemas da mesma forma, e às correções incessantes dos resultados obtidos, dialeticamente produzidos por esses resultados. (BOURDIEU, 1983, p. 65).

Conforme Cunha (2015, p. 47), Bourdieu destaca que o agente “pode realizar a ‘transposição de esquemas’ em busca de distinção e valorização dentro de um mercado”. Essa transposição de esquemas, que é fruto do *habitus*, refere-se às ideias e representações que constituem a subjetividade dos indivíduos, seus esquemas mentais, produzindo predisposições para a ação, sem que precisem de um cálculo anterior, simplesmente essas “predisposições” atuam e são adquiridas ao longo das trajetórias sociais das pessoas no(s) campo(s). Essa é a força do conceito de *habitus* em Bourdieu (1998, p. 158; 2003; 2004), pois ele é o que viabilizará a utilização da linguagem “além das frases gramaticalmente corretas”, mas como “a possibilidade de utilizar, de maneira coerente e adaptada, uma infinidade de frases num número infinito de situações”. Com isso, o *habitus* não se limita à representação de condicionamentos sociais, mas abre espaço para o lado dinâmico do agente, agindo com improviso e criatividade sobre a estrutura social. (BOURDIEU, 2004).

Sendo assim, cada campo procura apresentar a sua estrutura linguística como válida, coerente e fundamental, e o agente incorpora essas matrizes de percepção — o *habitus* — movimentando seu capital linguístico, e falar em capital linguístico “é dizer que há ganhos linguísticos”. (BOURDIEU, 2003, p. 130). Os campos decidem o que é apropriado e inadequado no seu mercado, protegem seu *habitus* e garantem a manutenção do prestígio através das “estruturas do mercado linguístico, que se impõem como um sistema de sanções e de censuras específicas”. (BOURDIEU, 2008, p. 24). Essa composição de sanções e censuras, que comporta a eficácia do discurso e sua competência estatutária dentro de contextos sociais, é explicada por Bourdieu através da concepção de forças simbólicas que

<sup>1</sup> Conforme breve explicação sobre a simbologia do cetro, Diniz (2010, p. 10) destaca que: “Na reunião de uma assembleia entre os aqueus, era costume erguer-se um cetro para pedir a palavra. O cetro, símbolo de poder e comando, era também o símbolo da passagem da palavra, pois, de certo modo, ter a palavra era ter o comando”.

impõem critérios de avaliação no mercado. Assim, construído um capital linguístico, constituiu-se o mercado linguístico, com seu poder simbólico, atuando como “moeda”. Dessa forma, haverá pessoas com mais capital do que outras. Sobre essa questão, Freitas afirma que

Bourdieu constrói toda uma teoria sobre economia das trocas linguísticas, erguendo o conceito de capital linguístico, que funciona dentro do mercado linguístico, com trocas desiguais (como em qualquer mercado), favorecendo os agentes possuidores de maior capital, deixando em desvantagem os carentes do capital exigido em mercados específicos [...]. O jornal concede voz a alguém que dispõe de capital linguístico/simbólico, claro também capital empírico. (FREITAS, 2012, p. 17).

Uma vez que determinados campos consolidam seu capital linguístico, “eles irão gastar certo esforço para garantir que esse recurso permaneça valioso (pense na maneira como um cartel, como o cartel de diamantes, restringe o acesso para diamantes para manter seu valor alto).”<sup>2</sup> (MEYERHOFF, 2006, p. 148). Bourdieu (2007; 2008) compreende essa composição do mercado, que busca sempre sua consolidação, como uma “estrutura estruturante” — ou seja, uma relação que pode sofrer alterações, dado o ininterrupto contexto de mobilização de lutas simbólicas visando ao fortalecimento, à sobrevivência e à abertura de espaços de novos capitais. A concepção bourdesiana de “estrutura estruturante” permite-nos entender a relação do agente com a estrutura (respectivamente, subjetivista e objetivista) como um movimento de mão dupla que contempla uma ação do agente sobre a estrutura e da estrutura sobre o agente.

As lutas no campo e entre os campos afastam a ideia de comportamentos automatizados, mas possibilitam uma visão orientada a “disposições para ação” que concebem uma mobilidade direcionada dentro de dada estrutura social que leva o agente a agir de uma maneira e não de outra. Mesmo assim, a busca pelo pertencimento a um dado campo e mercado, uma vez conquistado, conforme mencionamos, não transforma isso em pacificidade ou ausência de tensões, pois os embates e contendas, dentro da estrutura, continuam e são característicos de qualquer espaço social na luta permanente pelo espaço de prestígio, distinção e reconhecimento.

## 2 Mercado linguístico: discurso político e mídia

Bourdieu tem uma conhecida e extensa pesquisa sobre mídia e política (MORATO; BENTES, 2002; MYLES, 2010; THOMPSON, 2011; 2002) e aplicou esse instrumental para explicar as lutas sociais e os meios de intervenção crítica nos espaços de poder. (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2004). É fato que as pesquisas desenvolvidas por Bourdieu inspiram vários estudiosos da mídia na contemporaneidade. Hallin e Mancini (2004) usam sua “teoria do campo” como base para a comparação entre os sistemas nacionais de mídia. Thompson (2011, p. 37), em seu livro **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**, faz referência à leitura bourdesiana quando afirma que “os indivíduos se situam em diferentes posições dentro destes campos, dependendo do tipo e da quantidade de recursos disponíveis para eles”. Dessa forma, utilizar o instrumental teórico de Bourdieu para analisar fenômenos midiáticos e políticos, em última análise, é um ato crítico por excelência.

Sobre a questão do mercado linguístico constituído na política, Bourdieu (2007, p. 185) menciona que, “[...] em política, ‘dizer é fazer’, quer dizer, fazer crer que se pode fazer o que se diz”, de forma que a legitimidade do discurso político depende não necessariamente de seu conteúdo, ou que retrate uma verdade absoluta, “mas de seu poder simbólico, portanto de sua capacidade de conquistar adeptos e de ser por eles aceito como legítimo”. (SILVA, 2005, p. 187). Para Bourdieu (2007, p. 7),

---

2 Tradução livre dos autores. No original: “[...] they will expend a certain amount of effort in making sure that this resource remains valuable (think of the way a cartel, like the diamond cartel, restricts access to diamonds to keep their value high).”

o poder simbólico é o “poder invisível, o qual só poderá ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem”. O exercício do poder simbólico é fundamental para os fins do exercício de legitimação “pactuada”, pois só com esse consentimento é possível ter existência em “sociedades democráticas, em que o poder tem que ser consensualmente aceite, e não o é nos regimes autoritários ou ditaduras, em que o mesmo é imposto”. (GOUVEIA, 2009, p. 185).

O mercado linguístico, constituído por representações simbólicas de um *habitus*, aumenta a probabilidade de os agentes adotarem atitudes semelhantes numa adesão aos bens simbólicos, movidos pelo capital linguístico, que tem como combustível o fortalecimento dos seus referenciais ideológicos. O intercâmbio linguístico (troca, moeda) na economia linguística desaguará nos discursos, que “não são mais do que os movimentos práticos com os quais os sujeitos que intervêm no mercado linguístico” adaptam-se “às leis de formação de valores e ao tempo de colocação em prática”. (ALONSO, 2004, p. 218). Dessa maneira, o discurso político precisa atender às expectativas de diversos campos, e, conforme afirma Silva (2005, p. 197), os produtores do discurso político atendem “não só às ‘necessidades internas’ do campo político, mas também às ‘necessidades externas’ dos agentes exteriores ao campo, não especializados na tarefa de produzir discursos políticos”. Os agentes que estão dedicados à produção de discurso político buscam converter um maior número de adeptos ou simpatizantes via produção de sistemas simbólicos.

Essas forças simbólicas, mobilizadas no discurso político, encontram tradução em notícias e reportagens da mídia impressa e virtual, numa mídia que participa ativamente da articulação, distribuição e relocação dessas forças em busca de alinhar *habitus* linguístico e mercado linguístico. Sendo a mídia uma grande vitrine desse mercado, Thompson (2011, p. 19) alerta para esse movimento segundo o qual a “vida política se desdobra em um ambiente de informação em que a capacidade de revelar e esconder, de fazer coisas visíveis ou evitar que outros o façam [...]”, é de difícil controle. Como exposto por Thompson, nós temos atualmente uma farta oferta desses produtos simbólicos, cada vez com o uso de recursos simbólicos mais sofisticados. Todo esse conjunto de interesses e jogo é ofertado através do consumo de notícias.

Assim, ser capaz de opinar, criticar, dialogar, ver além do óbvio, ler nas entrelinhas das notícias com criticidade e, assim, exercer sua cidadania traduz bem a concepção do letramento midiático, que é “uma forma de ‘empoderar’ a cidadania e como a chave para o desenvolvimento pleno da liberdade de expressão e do direito à informação”. (CAPRINO *et al.*, 2013, p. 16). O letramento midiático, diante do intenso fluxo de informações que circulam em diversas plataformas de comunicação, faz-se necessário para o exercício de uma atitude crítica, esclarecedora, que evite que o cidadão seja vítima de um sistema complexo, sutil e sofisticado de mobilização de bens simbólicos. Apropriar-se dessa ferramenta significa poder exercer a liberdade de expressão crítica, situada num contexto democrático, caracterizada pela pluralidade de visões e diversidade de interesses e objetivos, significa, ainda, ter clareza sobre a função da mídia nos múltiplos espaços de luta pelo poder simbólico, sobre sua parcialidade e estreita ligação com os que detêm o poder sobre o capital simbólico, sua produção e distribuição.

Dessa forma, a prática de um letramento crítico “permite, instiga, promove e encoraja o opinar, o criar, o recriar, o escutar, o contestar, o negociar, o respeitar opiniões, o integrar vivências” (EFKEN; CUNHA, 2016, p. 61), alcançando seu objetivo principal que é a aquisição de competências que possibilitarão aos leitores “participarem na economia, na cultura e na política, em âmbitos local, nacional e global”. (KELLNER, 2004, p. 14).

### 3 Análise do *corpus*: reportagem do Jornal Comércio

O *corpus* deste trabalho tem como unidade de análise o discurso do deputado Eduardo da Fonte, publicado em 19 de abril de 2016, na plataforma *on-line* do **Jornal do Comércio**,<sup>3</sup> na reportagem intitulada “Dudu da Fonte diz que colocar filho de 15 anos para ‘votar’ no plenário é natural”.<sup>4</sup> O **Jornal do Comércio**, fundado em 1919, é editado em Recife e é propriedade do Sistema Jornal do Comércio de Comunicação, braço midiático do Grupo JCPM, do qual também fazem parte a Rádio Jornal, a TV Jornal, o portal NE10, além de outros meios de comunicação. É o maior periódico do estado e também um dos maiores do país. Uma reportagem de 2016 afirma que a versão *desktop* do **JC on-line** atrai uma média de 600 mil visitantes únicos e rende quatro milhões de *pageviews* (número de acessos de páginas) por mês.

Nosso trabalho é de cunho qualitativo com base na metodologia da análise do conteúdo. Para compor o modelo metodológico, seguimos as dimensões propostas por Bardin (2015), Bauer e Gaskell (2007) e Silverman (2009). De acordo com Bardin (2015), a análise do conteúdo se configura como um conjunto de ferramentas metodológicas que, ao serem aplicadas aos conteúdos, produz inferências baseadas na exploração das informações e destaca a relevância de um rigor com a finalidade de atingir o que, de fato, é questionado. Silverman (2009, p. 149) pontua que a análise do conteúdo é “um método aceito de investigação textual, sobretudo no campo das comunicações de massa”, orientação essa que é reverberada por Colbari (2014, p. 254) quando afirma “talvez seja mais apropriado tomá-la como conjunto de técnicas de análise das comunicações”, de modo que reforça a proposta da análise do conteúdo que visa a compreender o sentido simbólico do texto, baseando-se em pressupostos teóricos adotados e realizando as inferências. Segundo Colbari (2014, p. 249), “é necessário lidar também com as intenções, as representações, os símbolos e as referências — os estados mentais — dos sujeitos”. Esse ponto é aludido por Campos (2004, p. 613) quando ressalta que as inferências da análise do conteúdo são embasadas “com pressupostos teóricos de diversas concepções de mundo e com situações concretas”.

Os dados da reportagem “Dudu da Fonte diz que colocar filho de 15 anos para ‘votar’ é natural” foram analisados, tendo por base o agrupamento de trechos (BARDIN, 2015; FRANCO, 2005) da reportagem por temáticas oriundas dos conceitos de Pierre Bourdieu. A opção pela análise categorial se sustenta no fato de a concebermos como uma alternativa robusta para estudar valores, opiniões, atitudes e crenças, através de dados qualitativos. (SILVA; FOSSÁ, 2013). Dessa forma, para análise da reportagem “Dudu da Fonte diz que colocar filho de 15 anos para ‘votar’ é natural”, agrupamos os trechos em três categorias: Representatividade, Mercado linguístico e *Habitus*. As categorias encontram-se designadas na Tabela 1, a seguir:

---

3 [www.jconline.ne10.uol.com.br](http://www.jconline.ne10.uol.com.br)

4 <http://jc.ne10.uol.com.br/blogs/pingafogo/2016/04/19/15565/>

Tabela 1 - Categorias do *corpus*

CATEGORIAS	SELEÇÃO DOS TRECHOS DA REPORTAGEM
Representatividade	“Ele disse sim, eu disse também.”
	“Não é proibido botar ele para votar.”
	“O que aconteceu é uma questão partidária.”
	“O partido fechou questão.”
	“Recebi mais de 300 mil mensagens.”
	“Eu sou um cara de partido e tenho que acompanhar o partido. Não foi uma decisão individual.”
	“O pessoal do colégio, os amiguinhos dele todos.”
Mercado linguístico	“É um adolescente, representa os amigos dele do colégio.”
	“Os amigos perguntavam a ele todo dia pelo meu voto.”
	“O pessoal do futebol, do grupo do WhatsApp pressionando, ligando para ele, falando com ele.”
	“Eu sigo o partido e as consultas que fiz. A repercussão foi totalmente positiva para mim.”
	“Nas minhas campanhas, ele participa do meu lado, gosta de interagir. Não vejo problema nenhum nisso.”
Habitús	“Todo mundo pedindo na rua para votar sim.”
	“As pessoas que criticam são um monte de invejosos, que não têm votos.”
	“Aí a gente vota e o povo ainda fala da gente?”
	“É gente que não tem o que fazer e que não tem voto.”
	“Se eu votasse contra eu estava sendo elogiado?”
	“Colaborei com o governo em assuntos importantes, mas dessa vez o partido fechou questão.”

Fonte: Elaborada pelos autores.

Postas as três categorias, seguiremos com as análises:

### 1) Representatividade

O deputado federal foi eleito pelo voto para representar e defender os interesses dos seus eleitores e os da população em geral, e tal representatividade não pode ser delegada a terceiros, senão pelo sistema de suplência, guardadas as orientações legais estabelecidas pelo próprio sistema eleitoral brasileiro. Esse *modus* remonta à ideia do *ketros*, mencionada por Bourdieu, que confere a um agente autorizado o direito à fala, à escuta e a ser escutado e respeitado. O *ketros* foi dado a ele, por meio dos votos conquistados e da ata de posse do cargo de deputado. No momento do voto, momento *kairológico*, o deputado exerce, ele e não outro, o seu direito de falar, apreciar e votar com autoridade, como agente autorizado. O voto, ao ser emitido pelo filho do deputado, de 15 anos, “na hora do *impeachment*” (“*kairós*”), não teria valor algum, mesmo que as palavras tivessem sido ditas claramente e numa estrutura gramatical e verbal correta. Para Bourdieu, as palavras não têm vida própria a não ser dentro de um campo que as justifique. Nesse caso, a Câmara Federal não é um campo que justifique a fala na tribuna oficial, sobretudo, numa votação de um processo de afastamento de uma presidenta eleita por voto popular, de uma pessoa (adolescente) de 15 anos, sendo, inclusive, a sua idade mesma um critério de ilegibilidade para a função de representatividade, ou seja, ele não possui o direito de ser votado, eleito ou tornar-se agente autorizado na Câmara Federal. Nos trechos



que selecionamos, nesta categoria, percebemos o esforço que o deputado realiza para mobilizar diversos campos, provocando conflitos e tensões entre as “lógicas” que articulam e organizam cada campo: a) quando menciona que “ele disse sim, eu disse também”, referindo-se ao “dito” do filho como determinante em sua escolha, situa a sua escolha e decisão no âmbito familiar, o que faz ressoar uma velha tradição na política brasileira, de “fazer” política em termos particulares e de interesses familiares; b) quando afirma “que não é proibido botar ele para votar”, apesar de ser proibido, mostra postura prepotente e de desprezo pelo que é normatizado e regulamentado; c) ao mencionar que se tratou de uma questão partidária, “o partido fechou questão”, “sou um cara de partido”, transfere a responsabilidade pela escolha ao partido, disfarçando retoricamente uma prática comum da política brasileira, na qual a fidelidade a um partido nunca representou valor algum, uma vez que os partidos não se apoiam em um programa; d) fez questão de se referir ao público mais amplo, como relevante, que orientara sua escolha, o que efetivamente se revela irrelevante, visto que a opinião pública, aparentemente respeitada, não condiz com o restante da argumentação do deputado, tendo sido sempre, apenas, massa de manobra; e) ao afirmar que “a repercussão foi totalmente positiva para mim”, o deputado mostra seus verdadeiros interesses, tudo gira em torno de uma política personalista e de promoção da própria imagem. Tudo se reduz a um jogo com forças simbólicas, jogo de capitais simbólicos no mercado linguístico, não é o que efetivamente é, o que interessa, mas o que pode ser alcançado por meio da manipulação da opinião pública.

## 2) Mercado linguístico

Conforme mencionamos, o mercado linguístico é constituído de campos que estão em disputas pelo fortalecimento e manutenção de seu poder e o fazem utilizando todo o potencial de suas estruturas simbólicas. O que dá suporte para impor as relações de força entre os agentes (indivíduos e grupos) e as instituições que lutam pela hegemonia, isto é, o monopólio da autoridade, é o poder de ditar as regras e de repartir ou concentrar o mercado simbólico construído daquele capital (BOURDIEU, 1998; 2003; 2007). No seu discurso, o deputado Eduardo mobiliza todos os recursos simbólicos disponíveis no campo da política, e, nele, ele é rico em capital específico e reconhecido pelos seus pares, o que contribui para manter seu prestígio, reconhecimento e autoridade, revelados em suas respostas: a) “É um adolescente, representa os amigos dele do colégio.” O deputado acessa um campo simbólico reconhecido pela sociedade, o da instituição “escola”, o da educação, além de introduzir outra força simbólica, a da “amizade” entre alunos de um colégio, ou seja, ele faz apelo a valores tidos e defendidos como nobres e de um nível elevado, empoderando o seu filho adolescente como portador de uma bandeira extremamente valorizada na sociedade, a da formação de jovens, numa instituição socialmente estruturante e promotora de solidariedade e de civilidade, atribuindo, dessa maneira, certa legitimidade à sua intenção de transferir seu voto ao filho; b) “O pessoal do futebol, do grupo do WhatsApp pressionando, ligando para ele, falando com ele.” Novamente, o deputado tenta mobilizar forças simbólicas que fazem parte do imaginário coletivo brasileiro, o futebol como esporte nacional e fonte de orgulho e prestígio. A referência ao WhatsApp, sem dúvida, introduz um elemento novo no discurso, o da comunicação, evocando o poder desse novo ambiente de interação e de discussão virtual, espaço privilegiado de uma nova fala e que simula construções democráticas de vontades e de opiniões. Não pode passar despercebida a construção, por parte do deputado-pai, de um deputado-filho, o qual é pressionado, consultado, com o qual as pessoas falam e para o qual ligam, o jovem está sendo caracterizado como líder e articulador de forças simbólicas, o que torna tudo isso natural: “Nas minhas campanhas, ele participa do meu lado, gosta de interagir”; c) “Eu sigo o partido e as consultas que fiz. A repercussão foi totalmente positiva para mim.” O mercado linguístico tem suas leis de produção, censuras e vetos. Os diferentes

produtos linguísticos recebem um valor. Nesse trecho, o deputado enfatiza que “segue o partido”, “fez consultas” (contato com as bases) e foi aprovado, portanto, votar a favor do *impeachment* é nada mais que natural e justificado. Mesmo assim, o voto do filho é percebido como não apropriado no campo político específico, o da Câmara Federal, desagradado confirmado pelo “pito que levou do presidente da Câmara Federal Eduardo Cunha (PMDB)” e, posteriormente, nos bastidores, pelas críticas de políticos de diversos partidos, ridicularizando sua atitude. Como afirma Bourdieu (2003, p. 138), o campo “tende a censurar as falas que não estão em conformidade com essas leis”; d) Ao afirmar: “Nas minhas campanhas, ele participa do meu lado, gosta de interagir. Não vejo problema nenhum nisso”, evidencia-se uma velha prática política brasileira, a de garantir a herança política da família, tornando o filho herdeiro do capital simbólico construído pelo pai. Nada mais justo que o jovem adolescente ser representante do eleitorado do pai, pois o filho pensa exatamente como ele, participa das campanhas (“do meu lado”) e “gosta de interagir”, o interagir, neste caso específico, pode estar se referindo a gostar do povo, sendo um garoto que gosta de falar com o povo. O deputado utiliza o mercado linguístico e os capitais disponíveis como forma de manutenção e legitimação do poder, indicando seu filho como dotado de competências linguísticas e simbólicas para ser, no futuro, o seu sucessor e, portanto, um “homem público”.

### 3) *Habitus*

A categoria *habitus* nos servirá nesta terceira etapa de análise. 1) *Habitus* como princípio gerador de ações e produto das condições sociais: “Todo mundo pedindo na rua para votar sim.” Quando ele utiliza a expressão “todo mundo pedindo”, remonta-nos à concepção de acatar as regras da vontade do eleitor (aquele que está “na rua”), ou seja, sua conduta é dirigida pela vontade popular e segue a expectativa do *habitus* da conduta do homem público eleito pelo povo. A expressão “todo mundo” indica uma generalização, como se existisse um “*habitus* de rua”, um sistema de disposições duráveis e transponíveis, capazes de gerar e organizar práticas e representações. Além disso, quando usa a expressão “[...] pedindo na rua para votar sim”, transmite a ideia de proximidade física com seu eleitorado, eles estão na rua e o político também estaria lá para ouvi-los, conforme se espera do *habitus* de um político. Chama a atenção, ainda, a “inversão” de uma prática política no Brasil, pois são os políticos que costumam “pedir votos” e não os eleitores, o deputado produz um “clamor popular” e se coloca como aquele que “escuta a voz do seu povo”; 2) O *habitus* como possibilitador da realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças à transferência analógica de esquemas. “As pessoas que criticam são um monte de invejosos, que não têm votos.” Nessa afirmação, o deputado se distancia dos “outros”, os desqualifica, os reduz a “um monte de invejosos” e joga com todo o seu capital simbólico e social acumulado, pois ele é um político com votos, portanto com autoridade para falar e decidir. Fica evidente o uso de referenciais simbólicos de valia no seu campo político, a saber, seu eleitorado (Eduardo da Fonte tem votação expressiva em Pernambuco), desencadeando, assim, um processo complexo de articulações possíveis de forças simbólicas atuantes no e entre campos; 3) O *habitus* linguístico como produto das condições sociais e produção de um discurso ajustado a um mercado ou a um campo. “Aí a gente vota e o povo ainda fala da gente?” O deputado movimenta, através de um *habitus* linguístico coloquial (“[...] ainda fala da gente?”), a ideia de pertencimento a camadas populares e de adesão aos bens simbólicos populares através do uso de expressões do dia a dia da população, empoderando, assim, seu discurso político. Essa mesma característica é notada em outra fala: “É gente que não tem o que fazer e que não tem voto.” Ele recorre, novamente, ao uso de expressões do dia a dia das classes populares, dessa forma, ajusta seu discurso ao campo e mercado simbólicos de seus eleitores; 4) *Habitus* como garantia e manutenção do prestígio. “Se eu

votasse contra eu estava sendo elogiado?” O campo, através da proteção e fortalecimento de seus *habitus*, forma seu mercado linguístico, no qual se reproduzem estruturas simbólicas de poder. Isso é revelado na pergunta do deputado (“[...] estava sendo elogiado?”), que, mais uma vez, mobiliza o poder do seu eleitorado (moeda de peso no mercado simbólico) e ganha prestígio, legitimidade e reconhecimento; 5) O *habitus* como possibilidade de utilização, de maneira coerente e adaptada, de uma infinidade de frases num número infinito de situações. “Colaborei com o governo em assuntos importantes, mas dessa vez o partido fechou questão.” O deputado constrói uma estrutura linguística que possibilitou a apreciação de apoio a ideologias partidárias diferentes: aliados e oposição. Como diz Bourdieu, o discurso político não depende necessariamente de seu conteúdo, “mas de seu poder simbólico, portanto de sua capacidade de conquistar adeptos e de ser por eles aceito como legítimo”, temos aqui o uso, de maneira coerente e adaptada, de bens simbólicos (ideológicos) com a finalidade de aumentar a probabilidade de apoio de adeptos e simpatizantes, que atribuam ao seu discurso legitimidade.

### Considerações finais

A política é um campo discursivo e simbólico caracterizado e mobilizado por lutas, conflitos, contradições, manipulação, tudo em função da obtenção de sempre mais capital simbólico no mercado linguístico. A mídia não somente se nutre desse cenário discursivo, mas contribui, decisivamente, para sua produção, reprodução, manutenção e distribuição, ela está umbilicalmente ligada à esfera política e aos agentes políticos, ambos os envolvidos empenhados em manter o cordão umbilical intacto, mas lutando pelo controle do fluxo do capital simbólico.

A reportagem sobre o voto do deputado Eduardo da Fonte a favor do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, transferindo o voto ao seu filho de 15 anos, representa bem o que afirmamos, pois gerou polêmicas e críticas, não somente no meio dos seus colegas deputados, mas na imprensa e nas redes sociais, evidenciando, em parte, o ato inusitado do político, pois contrastou com a seriedade e gravidade do acontecimento na vida pública brasileira e com o poder simbólico que representava e mobilizava.

O pensador Pierre Bourdieu oferece categorias de análise que possibilitam a compreensão da complexidade do evento comunicativo realizado no campo da política brasileira, mais especificamente, da política partidária exercida na instituição Câmara dos Deputados, arena de lutas pelo capital simbólico, político, econômico e social.

As três categorias de análise utilizadas revelam toda a complexidade do mercado simbólico político e uma prática sofisticada de trocas de bens simbólicos, com o objetivo de defender e manter campos específicos de poder e de hábitos herdados e constantemente ressignificados, em função da manutenção e continuação do controle sobre o capital simbólico disponível.

Fica visível, também, a relação dialética entre as estratégias discursivas articuladas pelo deputado e a dinâmica própria da vida política brasileira, o que, no caso da transferência do voto do deputado ao filho e de toda a construção discursiva da justificação de tal escolha, mobiliza forças simbólicas inerentes ao contexto social, político, cultural, jurídico e histórico brasileiro, uma vez que se tratava da destituição da presidenta de uma república, afetando, assim, todo um sistema político baseado no princípio da democracia e da representação.

A análise mostra, ainda, uma rede complexa de conexões discursivas atuantes na vida política e na própria história do Brasil, desocultando jogos de poder e forças antagônicas operantes na sociedade brasileira, como estrutura estruturada e estruturante, dando prova tanto da necessidade de mudanças como das possíveis resistências a qualquer tentativa de transformação do *status quo*.

Pierre Bourdieu oferece ao leitor de notícias, ao cidadão atento aos acontecimentos comunicativos articulados no cenário político, um conjunto de categorias de análise que o torna capaz de não somente identificar, mas, também, compreender como, nos diversos campos simbólicos, são travadas lutas por capitais disponíveis. Isso possibilita ao cidadão entender a si mesmo como integrado numa estrutura de poder e de forças sociais que, por um lado, o determina e imobiliza, por outro lado, o desperta para novas experiências e novas práticas de participação na produção, distribuição e consumo dos capitais simbólicos.

## Referências

- ALONSO, Luís Enrique; BOURDIEU, Pierre. El lenguaje y la comunicación: de los mercados lingüísticos a la degradación mediática. In: PESTAÑA, José Luís Moreno; ALONSO, Luís Enrique; CRIADO, Enrique Martín. (Org.). **Pierre Bourdieu: las herramientas del sociólogo**. Madrid: Editorial Fundamentos, 2004. Cap. 7, p. 215-254.
- BALTAR, Marcos. **Rádio escolar: letramentos e gêneros textuais**. Caxias do Sul: Educs, 2013.
- BARDIN, Laurence. **Análise do conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2015.
- BAUER, Martin; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: manual prático**. 2.ed. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.
- BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Tradução de Miguel Serras Pereira. Lisboa: Fim de Século, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. Tradução de Cássia Silveira e Denise Pegorin. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp, 2006.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 11.ed. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer**. Tradução de Sérgio Miceli. São Paulo: EDUSP, 2008.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: língua portuguesa**. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 1997.
- CAMPOS, Claudinei José Gomes. Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. **Rev. Bras. Enferm.**, Brasília (DF), p. 611-614, set./out. 2004.
- CAPRINO, Mônica Pegure *et al.* Mídia e Educação: a necessidade do multiletramento. **Comunicação e inovação**, São Caetano do Sul, v. 14, n. 26, p.13-19, jan./jun. 2013.
- CATANI, Afrânio Mendes. As possibilidades analíticas da noção de campo social. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 32, n. 114, p. 189-202, jan./mar. 2011.
- CHAPMAN, Siobhan; ROUTLEDGE, Christopher. **Key thinkers in linguistics and the philosophy of language**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2005.
- COLBARI, Antônia. A análise de conteúdo e a pesquisa empírica qualitativa. In: SOUZA, Eloisio Moulin de. (Org.). **Metodologias e analíticas qualitativas em pesquisa organizacional: uma abordagem teórico-conceitual**. Vitória: EDUFES, 2014. Cap. 9, p. 241-272.
- CUNHA, Alexcina Oliveira Cirne Vieira da. **A melhoria do capital linguístico de surdos associados da comunidade religiosa das testemunhas de Jeová**. 2015. 148 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Linguagem) – Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2015.
- DINIZ, Fábio Gerônimo Mota. **A passagem do cetro: aspectos dos personagens Hércules e Jasão na argonáutica de Apolônio de Rodes**. 2010. 102 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2010.
- EFKEN, Karl Heinz; CUNHA, Alexcina Oliveira Cirne da. A leitura interacional e formação do leitor competente. **Intersecções**, edição 20, ano 9, n. 3, p. 51-65, nov. 2016.

- FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de conteúdo**. 2.ed. Brasília: Liber Livro Editora, 2005.
- FREITAS, Celma. A prática em Bourdieu. **Revista científica FacMais**, v. I, n. I, p. 5-22, 1º sem. 2012.
- GLOCK, Hans-Johann. **Dicionário Wittgenstein**. Tradução de Helena Martins. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1997.
- GOUVEIA, Regina. **A interação entre o universo político e o campo da comunicação: a imprensa e as elites beirãs (1900-1930)**. Covilhã: LabCom, 2009.
- GRENFELL, Michael. **Pierre Bourdieu: agent provocateur**. London: Continuum, 2004.
- HALLIN, Daniel; MANCIN, Paolo. **Comparing media systems: three models of media and politics**. New York: Cambridge University Press, 2004.
- KELLNER, Douglas. Technological transformation, multiple literacies, and the re-visioning of education. **E-Learning and digital media**, Oxford, v. 1, n. 1, p. 9-37, 2004.
- KRIPPENDORFF, Klaus. **Content analysis: an introduction on its methodology**. 2.ed. London: Sage Publications, 2004.
- MEYERHOFF, Miriam. **Introducing sociolinguistics**. New York: Routledge, 2006.
- MORATO, Edwiges; BENTES, Anna Christina. Das intervenções de Bourdieu no campo da linguística: reflexões sobre competência e língua legítima. **Horizontes**, Bragança Paulista, v. 20, p. 31-48, jan./dez. 2002.
- MYLES, John F. **Bourdieu, language and the media**. New York: Palgrave Macmillian, 2010.
- NOGUEIRA, Maria Alice; NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins. **Bourdieu e a educação**. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- OLIVEIRA, Flaubert Mesquita de. **Wittgenstein e Bourdieu: diálogos para uma sociologia prática**. 2007. 217 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.
- ROVIGHI, Sofia Vanni. **História da filosofia contemporânea: do século XIX à neoescolástica**. 2.ed. Trad. Ana Parischi Capovilla. São Paulo: Edições Loyola, 2001.
- SILVA, Andressa Hennig; FOSSÁ, Maria Ivete Trevisan. Análise de conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. **Qualit@s Revista Eletrônica**, v. 17, n. 1, p. 1-14, 2013.
- SILVA, José Otacílio da. A produção de discursos políticos na visão de Pierre Bourdieu. **Tempo da ciência**, p. 187-200, 1º sem. 2005.
- SILVERMAN, David. **Interpretação de dados qualitativos: métodos para análise de entrevistas, textos e interações**. 3.ed. Tradução de Magda França Lopes. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Petrópolis: Vozes, 2011.
- THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna**. Petrópolis, 2002.
- WHITE, Eric Charles. **Kaironomia: on the will-to-invent**. London: Cornell University Press, 1987.